

A CONFIGURAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NORMALISTAS NO ESTADO DE MATO GROSSO (1911-1971)

Noely Costa Dias Garcia

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), noelycdgarcia@terra.com.br

Milka Helena Carrilho Slavez

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), milka@uems.com.br

RESUMO: Este texto compreende um estudo que busca analisar como se configurou a formação de Normalistas no estado de Mato Grosso, trazendo o contexto da instrução pública e expansão do ensino primário a partir de 1911 até 1971. Desse modo, apresenta um panorama da criação de Escolas Normais em alguns municípios, mediante levantamento, localização, recuperação, seleção, organização e análise de fontes primárias – leis, decretos, mensagens, relatórios – encontradas nas Secretarias de Estado de Educação do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, no Arquivo Público, em Cuiabá/MT, além de levantamento no banco de dados do IBGE. Os resultados alcançados indicaram que a expansão do ensino primário foi determinante para a criação dos Cursos Normais no estado.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino primário. Curso Normal.

THE SETTING NORMALISTA TEACHER TRAINING IN THE STATE OF MATO GROSSO (1911-1971)

ABSTRACT: This text includes a study that seeks to analyze how the formation of Normalists in the state of Mato Grosso was configured, bringing the context of public instruction and expansion of primary education from 1911 to 1971. Thus, it presents a panorama of the creation of Normal Schools In some municipalities, by surveying, locating, retrieving, selecting, organizing and analyzing primary sources - laws, decrees, messages, reports - found in the State Secretariats of Education of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, in the Public Archive in Cuiabá / MT, in addition to a survey in the IBGE database. The results indicated that the expansion of primary education was decisive for the creation of the Normal Courses in the state.

Keywords: : Teacher training. Primary school. Normal course.

Introdução

A profissão docente começou a ter um tratamento diferenciado no Brasil no final do século XIX, impulsionada pelas mudanças políticas¹ e sociais que ocorriam no país naquele período, uma vez que a educação ampliou-se e muitas iniciativas² foram criadas e mantidas pelo Estado.

Essas transformações propiciaram a expansão da instrução pública no país que, conseqüentemente, levou a um aumento na demanda por profissionais da educação para trabalhar em escolas com oferta no ensino primário. Desse modo, foram sendo criadas as primeiras Escolas Normais no Brasil, em meados do século XIX.

A princípio, em todas as províncias, esclarece Tanuri (2000), essas instituições formadoras de professores tiveram uma trajetória incerta e atribuladas, submetidas a um processo contínuo de criação e extinção, pois ao serem instaladas funcionavam por um período curto e logo eram fechadas, visto que não havia local adequado para o seu funcionamento, falta de alunos, além de não haver professores diplomados para atuar nos cursos. A disseminação das Escolas Normais foi então acontecendo nas províncias de modo bastante irregular, pois em cada região do país as condições econômicas, políticas e sociais facilitavam ou dificultavam o funcionamento dos cursos.

Caracterização metodológica da pesquisa

Essa pesquisa constituiu-se de levantamento, localização, recuperação, seleção, organização, e análise de fontes primárias – leis, decretos, mensagens, relatórios –, encontradas nas Secretarias de Estado do Mato Grosso e no Arquivo Público em Cuiabá/MT, além do levantamento realizado no banco de dados do

IBGE. Também se promoveu uma revisão bibliográfica, com fundamentação na abordagem histórica, no âmbito da educação, na vertente da Nova História, que apresenta inúmeras possibilidades no que se refere à pesquisa em história da educação, estabelecendo uma linha fértil de estudos. Nessa perspectiva, compreende-se que várias são as fontes históricas possíveis para se compreender um determinado momento histórico. O referencial teórico foi composto de autores como: Amâncio (2008), Chartier (1991), Sá (2008), Souza (1998, 2009), Tanuri (2000), entre outros.

A abrangência deste estudo iniciou-se pela abertura da primeira Escola Normal instalada em Mato Grosso em 1911, na cidade de Cuiabá, capital do estado e 1971, quando os cursos ofertados nas escolas normais recebem uma nova denominação, Habilitação Específica para o Magistério. O recorte temporal justifica-se por ser um período de transição e alteração da nomenclatura de Normal para a Habilitação Específica para o Magistério, e que tal período ainda não havia sido contemplado em estudos e pesquisas relacionadas ao sul de Mato Grosso.

Considerações históricas e teóricas

Até o século XVIII, no Brasil, de acordo com Tanuri (2000), não havia instituições escolares específicas para formação de professores, pois não existia uma preocupação do Poder Público em relação à educação. As poucas escolas primárias existentes nesse período não exigiam do professor uma certificação, bastava dominar os conhecimentos da leitura, da escrita e realizar cálculos para lecionar.

Tanuri (2000, p. 62) acrescenta que:

Os estabelecimentos das escolas

a instituição escolar passou a ser considerada a forma mais adequada de educar as futuras gerações em detrimento das outras maneiras criadas até então para tal finalidade.

¹ Como bem aponta Piletti (1996), é nesse momento que se intensifica o processo de expansão urbana e de industrialização proporcionando o surgimento de uma nova classe social trabalhadora.

² De acordo com Vicentini e Lugli (2009), no decorrer do processo, marcado por transformações políticas e sociais,

destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instrução pública do mundo moderno, ou seja, à implantação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

No entanto, a partir do final do século XVIII e começo do século XIX, Villela (2008), expõe que os Estados nacionais em constituição começaram a perceber a necessidade de formalizar o ofício de professor, entendendo que seria necessário constituir um conjunto de normas para reger a profissão. Com base nessa determinação de criar normas, segundo Villela (2008), é iniciado um processo que passa a institucionalizar as escolas normais como locais destinados à formação de um novo professor.

As primeiras escolas normais foram sendo criadas em várias unidades de federação no Brasil conforme pode ser verificado na coletânea organizada por José Carlos Souza Araújo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Antonio Pádua Carvalho Lopes (2008) intitulada **As escolas normais no Brasil: do Império à República**, a qual traz: 1835 em Niterói/RJ; 1836 em Salvador/BA; 1842 em Cuiabá/MT; 1846 em São Paulo/SP; 1864 em Teresina/PI; 1869 em Porto Alegre/RS; 1870 em Curitiba/PR e Aracaju/SE; 1873 em Vitória/ES e Natal/RN; 1878 em Fortaleza/CE; 1880 no Rio de Janeiro/RJ e Florianópolis/SC; 1883 em João Pessoa/PB; 1884 em Goiás/GO; 1890 em São Luis/MA; 1907 em Ponte Nova/BA; 1924 em Uberlândia/MG; 1930 em Campo Grande/MS e 1960 em Brasília/DF.

Muitos foram os problemas enfrentados nas primeiras tentativas de aberturas das primeiras escolas normais no país, começando pela falta de prédios próprios e pelas instalações que eram inadequadas, não havia mobiliário apropriado, havia poucos materiais didáticos, funcionando com poucos professores. Esses, entre outros fatores, perduraram por todo o percurso de criação, seguidos de interrupção do funcionamento dos cursos Normais no Brasil,

visto que os mesmos começavam a funcionar e logo eram interrompidos (TANURI, 2000).

Com a instauração da Primeira República no Brasil, as unidades federativas passariam por mudanças na educação oriundas desse novo regime que estava sendo implantado. Entre essas transformações, podemos destacar a iniciativa de criar estabelecimentos destinados a formar o professor e também a uniformização de um currículo único a ser seguido pelas instituições escolares em todo o país (TANURI, 2000).

A esse respeito, Tanuri (2000, p. 68) destaca que:

[...] a atividade normativa ou financiadora do Governo Federal no âmbito do ensino normal e primário não chegou a se concretizar na Primeira República, de modo que os estados organizaram independentemente, ao sabor de seus reformadores, os seus respectivos sistemas. Não obstante a ausência de participação federal registram-se alguns avanços no que diz respeito ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas de formação de professores, sob a liderança dos estados mais progressistas, especialmente de São Paulo, que se convertera no principal pólo econômico do país.

Como a autora esclarece, o Governo Federal pouco participou das iniciativas relacionadas à formação de professores e, desse modo, alguns estados se tornaram referência para outros. Tanuri (2000, p. 68) menciona que:

A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás e outros.

Mediante ao exposto, pode-se observar que a instrução pública no estado de Mato Grosso, assim como em alguns estados brasileiros, recebia influência de reformadores paulistas. Este tema, para Amâncio (2008), começou a ser incluído nas discussões dos governantes quando eles perceberam e reconheceram as ideais que apontavam a educação como necessária ao progresso; entretanto, para propiciar a disseminação do ensino primário no estado, seria necessário, também, investir na formação docente.

Sá (2008) exemplifica que os governantes de Mato Grosso, na mesma marcha do projeto de modernização pelo qual estava sendo gestado no país nos fins do século XIX buscaram, também, promover o desenvolvimento do estado. A princípio, investiram na ruptura geográfica, por meio da anulação de barreiras e distâncias entre os estados, propiciando a integração entre as demais regiões por intermédio “[...] da construção das estradas de ferro Madeira-Mamoré e Noroeste do Brasil, da construção das linhas telegráficas e do incremento das navegações” (SÁ, 2008, p. 1), além de investirem, também, na modernização da educação, por meio da criação de escolas normais para formação dos professores.

Por outro lado, nesse mesmo período, Leite (1970, p. 92) assinala que “[...] as lutas internas provocadas pelas incertezas dos destinos políticos e das ambições de mando, criaram um ambiente impróprio às discussões em torno do ensino”, em Mato Grosso.

Essas disputas locais pelo poder também foram destacadas por Amâncio (2008), ao ressaltar que, em Mato Grosso, as lutas pelo

poder político foram marcadas pelas inúmeras trocas de presidentes e pelos conflitos entre os grupos que disputavam o governo. Nos dez primeiros anos da República, houve 27 alterações de presidentes³ no estado, pois as disputas pelo poder envolviam as camadas dominantes que exerciam um poder econômico maior e que almejavam o político também. Nas palavras de Amâncio (2008, p. 77), “[...] Na luta pelo poder político, alternam-se mandatários no governo dos estados, sendo que o povo assistia a tudo impotente”.

Siqueira⁴ (2000), citada por Amâncio (2008), explica que as disputas políticas em Mato Grosso envolviam duas oligarquias dominadas por coronéis: a primeira era a oligarquia do norte⁵, composta pelos abastados senhores de engenho, que mais tarde tornaram-se usineiros de açúcar; e a oligarquia do sul, composta pelos grandes pecuaristas, pelos comerciantes que lidavam com exportação e importação e também os coronéis da erva-mate. Desse modo, as lutas entre os grupos das oligarquias do norte e do sul afetavam a administração de Mato Grosso e, conseqüentemente, seu desenvolvimento, uma vez que os conflitos no estado – entre 1896 e 1910 – causaram a interrupção de iniciativas endereçadas ao ensino primário, pois as atenções estavam direcionadas para as disputas por poder que assolavam o estado e não para a modernização da educação.

Somente em 1910, com o enfraquecimento das agitações políticas e melhores condições financeiras, conforme esclarece Sá (2008), o estado de Mato Grosso, no governo do Coronel Pedro Celestino⁶, pôde cuidar do ensino, investindo na reformulação da

³ Nesse período da República, os presidentes do estado de Mato Grosso, mencionados por Amâncio, correspondem, atualmente, aos governadores.

⁴ Elizabeth Madureira Siqueira, **Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)**.

⁵ De acordo com Siqueira (2000 apud AMÂNCIO, 2008), a oligarquia do norte era apoiada pelo Partido Político

Republicano, que dominava Mato Grosso quando Campos Salles (1898/1902) assumiu a presidência da República.

⁶ Pedro Celestino Correa da Costa foi militar e político brasileiro, governador do estado de Mato Grosso em duas ocasiões. Seu primeiro governo foi 12/10/1908 a 15/08/1911(SILVA, 1993).

instrução pública primária e na formação de professores. Em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa em 1910, Pedro Celestino assevera que “nenhuma reforma eficaz é possível na instrução primária sem conveniente habilitação de pessoal para regência das escolas dessa categoria [...]”, (MATO GROSSO, 1910, p. 7).

Em virtude da falta de profissionais formados no estado, Pedro Celestino contratou dois professores paulistas normalistas, Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann, com o objetivo de reorganizar a instrução pública do estado (AMÂNCIO, 2008). Estes dois professores, segundo Amâncio (2008, p. 84), são de uma “[...] geração produtiva e comprometida com os princípios republicanos, estavam ‘afinados’ com a metodologia propagada pela Escola Normal de São Paulo e com a bibliografia pedagógica publicada nesse período”. De acordo com Mello (1911, p.1), chegaram à cidade de Cuiabá no dia 1º de agosto de 1910. Entende-se que as primeiras mudanças adotadas na instrução pública em Mato Grosso foram por influência desses professores.

Mas as ideias e mudanças difundidas pelos professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann também eram compartilhadas por outros que tiveram a mesma formação que eles na capital paulista. Como assinala Amâncio (2008, p. 87), baseado nos estudos de Tanuri (1979), Monarcha (1994), Magnani (1997) e Souza (1996, 1998):

A vinda para Mato Grosso da primeira dupla de professores e também dos demais normalistas deve ser entendida como parte de um fenômeno mais amplo, ocorrido na Escola Normal de São Paulo, considerada, desde a sua reforma em 1890, como pólo irradiador de um novo ideário pedagógico de

alcance rápido para combater o analfabetismo e a ignorância.

Contudo, a situação pouco mudou, iniciativas como esta de buscar profissionais habilitados em outros estados não foram suficientes, como se pode destacar nas representações⁷ deixadas pelas mensagens do governador D. Francisco de Aquino Correa⁸, no ano de 1918, ao escrever que o estado de Mato Grosso, assim como o restante do país, tinha uma instrução pública “deficiente” e “em franca decadência” (MATO GROSSO, 1918). Nesse sentido, o governador, ao tomar posse, revelou que o estado passava por graves problemas educacionais. Ele verificou a falta de estabelecimentos para oferta de ensino primário e secundário, apontando a obrigação do estado na criação de escolas, porém necessitava também de profissionais para trabalharem nesses estabelecimentos.

As mensagens do governador D. Francisco de Aquino Correa, no ano de 1919, no estado de Mato Grosso, evidenciaram que o ensino primário deveria ser fornecido pelas Escolas Isoladas e pelos Grupos Escolares, mas, nesse período, eram poucos os estabelecimentos existentes no estado responsáveis por ofertar o ensino. Desse modo, o governo se dispôs a construir novos prédios para conseguir atender toda a população de mato-grossense. De acordo com o governador, “[...] o coeficiente escolar, com quanto melhorando em 1919, ainda é muito baixo para uma população de 25.000 crianças em idade escolar, que se pode atribuir a Mato-Grosso” (MATO GROSSO, 1920, p. 34).

Cabe lembrar que o estado somava, em 1920, um total de 49.953⁹ crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, em idade escolar. Entretanto, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, o Governador do estado de Mato Grosso, Coronel

⁷ Por representações, Oliveira (2014, p. 22) entende “[...] compreender o passado, não como a verdade sobre o que aconteceu, mas como uma aproximação dessa realidade que nos vem por meio de fontes e indícios de um tempo no qual os homens e mulheres desenvolveram suas

estratégias e atividades sociais e culturais para se pensar e agir na realidade em que se insere”.

⁸ D. Francisco de Aquino Correa foi arcebispo de Cuiabá e governador do Estado de Mato Grosso de 22/01/1918 a 21/01/1922 (SILVA, 1993).

⁹ Diretrizes para a educação em Mato Grosso, de 1965.

Pedro Celestino Correa da Costa, em seu segundo governo¹⁰, apresentou o seguinte resumo:

[...] podemos computar o número de alunos das aulas primárias da maneira seguinte:

Em escolas isoladas, com matrícula conhecida	3.248
Em escolas isoladas, com matrícula calculada	1.060
Em grupos escolares	1.832

Total	6.140
-------	-------

(MATO GROSSO, 1923, p. 37).

Pedro Celestino Correa da Costa acrescenta a necessidade, também, de levar em conta o número de alunos das escolas particulares que não andara longe de 1.000, embora fosse desconhecida a sua estatística minuciosa.

A propósito, em 1921, de acordo com mensagem conduzida à Assembleia Legislativa por D. Francisco de Aquino Correa, Governador do estado, a Escola Normal da capital, em Cuiabá¹¹, era o único estabelecimento responsável pela preparação dos mestres encarregados pela disseminação da instrução pública primária em Mato Grosso, e até essa data a instituição havia diplomado apenas o total de 59 professores normalistas. Como se pode verificar, esse número de professores que estava sendo formado ainda era muito inferior à demanda, se compararmos a necessidade do ensino primário em Mato Grosso, considerando-se que no estado havia “[...] 5 grupos escolares e 154 escolas isoladas” (MATO GROSSO, 1921, p. 25) para esses professores trabalharem.

De fato, a vasta extensão territorial do estado somada à falta de professores dificultou a difusão do ensino primário em Mato Grosso. No entanto, o Coronel Pedro Celestino Correa da

Costa alega ter conhecimento dessas barreiras enfrentadas na gestão de D. Francisco de Aquino Correa, por isso ele acreditava que “Nenhum progresso é possível sob o ponto de vista material, moral e social sem a difusão do ensino útil pela massa popular” (MATO GROSSO, 1923, p. 34).

Na década de 1920, a educação passou a ser oferecida em outro tipo de instituição no estado de Mato Grosso, eram as chamadas Escolas Reunidas e representavam

[...] uma economia aos cofres públicos, pois não exigiam a contratação de uma pessoa específica para assumir a função de diretor, com uma gratificação fixa; necessitavam de um número menor de alunos para serem instaladas, exigiam prédios escolares mais simples, não necessitando do investimento em grandes obras para a construção de uma escola-monumento, como era próprio dos grupos escolares. Tal característica, além de tornar as Escolas Reunidas um modelo econômico, possibilitava a sua instalação em qualquer localidade, permitindo rapidamente a sua expansão. (SÁ, 2008, p. 11-12).

As Escolas Reunidas, conforme esclarece Souza (2009, p. 143), foram arquitetadas como uma escola de baixo custo e que implicava a “reunião de escolas funcionando em um mesmo espaço objetivando a racionalização das atividades e a divisão do trabalho dos professores”. Como o estado de Mato Grosso passava por dificuldades financeiras, essas escolas poderiam colaborar com a instrução pública, por um baixo custo, uma vez que as escolas reunidas eram mais econômicas, se comparadas com os grupos escolares.

A partir da Revolução de 1930, segundo Carvalho (2014), as transformações econômicas

¹⁰ O segundo governo de Pedro Celestino Correa da Costa corresponde 22/01/1922 a 25/10/1924 (SILVA, 1993).

¹¹ A Escola Normal de Cuiabá foi criada em 1932 por meio do Decreto nº 132 e da Lei nº 533 de 4 de julho de

1910, instalada dia 1º de fevereiro de 1911, recebeu a denominação de Escola Normal Pedro Celestino, em homenagem ao seu fundador e foi a efetivação de uma proposta de formação de professores em Mato Grosso em nível secundário, tão ansiada e ensaiada no século XIX (SILVA, 2006).

advindas dos grandes centros¹² do país, serviram para aumentar a demanda por educação e escolas. Entretanto, Mato Grosso não se encontrava nas mesmas condições de desenvolvimento, embora esclarece Carvalho (2014, p. 16), o Estado na “[...] ação dos governantes seguia a tendência nacional marcada pelo ideário de modernização”. Nesse sentido, apesar de Mato Grosso, estar fora do processo capitalista de modernização econômica impulsionada pela industrialização e urbanização, não estava fora da busca pela modernização, ao passo que sua elite dominante, influenciada pelos novos ideais de progresso, procurou seguir tal tendência ao desencadear infraestruturas para também alavancar o desenvolvimento do estado (OLIVEIRA; RODRIGUEZ, 2009).

Carvalho (2014), informa que a cidade de Campo Grande, localizada no sul do estado de Mato Grosso, foi uma das primeiras regiões do estado a desenvolver suas condições de infraestrutura para expansão da educação pública nesse período. A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e também a garantia de luz elétrica, a partir de 1914, aceleraram o processo de modernização e desenvolvimento dessa região. Ademais, a chegada da ferrovia segundo Carvalho (2014), promoveu a migração¹³ de pessoas no estado, tornando-se um fator importante para se pensar na formação de professores, uma vez que deveria atender a uma demanda maior de escolarização local, em decorrência do aumento de habitantes¹⁴.

Desse modo, Simões (2014) defendia a instalação da escola Normal em Campo Grande, criada pela administração de Mario Corrêa da Costa, anterior ao governo de Annibal Toledo¹⁵,

mediante o Decreto nº 865, em 1929. Entretanto, na mensagem desse governador, consta que a Escola Normal foi oficialmente instalada no dia 21 de fevereiro de 1930, isso porque, no momento da instalação, as condições econômicas somadas com a revolução de Getúlio Vargas ao cargo de Presidente Provisório da República Brasileira ocasionaram a destituição de Annibal de Toledo do cargo de Governador de Mato Grosso.

No início da República, em 1930, houve muitos embates políticos constituídos por questões econômicas no estado de Mato Grosso. Nesse sentido, Simões (2014) exemplifica que a economia da região norte do estado foi prejudicada com a crise da borracha e do açúcar, enquanto a região sul matinha um pequeno crescimento comercial, especialmente nas cidades alcançadas pela estrada de ferro, como a cidade de Campo Grande.

Com isso, em 1932, o Secretário do estado Leonidas Antero de Mattos, segundo Simões (2014), promulgou o Decreto nº 129, que regulamentava o processo de equiparação das Escolas Normais em Mato Grosso, uma vez que neste período havia não só a implantação da nova Escola Normal pública ao sul do estado, como também de outras instituições desta modalidade de cunho particular, entre as quais Araújo (1997) destaca a Escola Normal D. Bosco, também em Campo Grande, dirigida pelas freiras da Congregação Salesiana, tendo sua primeira turma de formandos em 1933.

No entanto, em Mato Grosso, até 1930, havia apenas três Escolas Normais, uma na capital Cuiabá e duas na cidade de Campo Grande, responsáveis por formar professores para trabalharem nas escolas primárias que vinham sendo construídas no estado. Embora tenha ocorrido uma expansão no Ensino Normal na

¹² Nesse período a autora refere-se a São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

¹³ Em 1940, o recenseamento da população de Mato Grosso indicava a cidade de Campo Grande como a mais populosa de todo o estado, com 23.054 habitantes, seguida da capital do estado, Cuiabá, com 18.861 (ARAÚJO, 1997).

¹⁴ De acordo com Bittar (2004), nesse período a cidade de Campo Grande havia um total de 1.800 habitantes.

¹⁵ Annibal Benício de Toledo foi governador do estado de Mato Grosso no período de 22/01/1930 a 30/10/1930 (SILVA, 1993).

região sul, nesse período, Araújo (1997) destaca que o número de alunos formados nas duas escolas em Campo Grande não ultrapassou o total de 100 normalistas, isso porque havia evasão durante os quatro anos do curso, diminuindo o número de formandos. Nesse cenário de progresso almejado pelo estado, o ensino primário é destacado na mensagem do Governador do estado de Mato Grosso, Dr. Annibal Toledo, em 1930, como um dos serviços públicos mais eficientes do estado. Iniciada em 1910, a instrução pública do estado promoveu a adoção de métodos pedagógicos modernos e a introdução de professores paulistas. Assim, a semente se desenvolveu na capital, como um terreno fértil, e propagou pelas cidades principais em Grupos Escolares que “vão apresentando resultados compensadores do esforço e dos encargos que impõem ao Tesouro” (MATO GROSSO, 1930, p.1).

Em contrapartida, Annibal Toledo pontua que não se podia dizer o mesmo do ensino público ofertado nas escolas rurais, espalhadas pelo interior, onde a falta de instalações apropriadas, a deficiência de material escolar, a impossibilidade de encontrar professores diplomados para atuar nelas e a ausência quase absoluta de fiscalização, tornava

insignificante ou nula a contribuição de grande parte delas para a instrução da infância residente fora das cidades e das vilas (MATO GROSSO, 1930). No início da década de 1930, havia um total de 175 Escolas Isoladas, das quais 32 urbanas, 13 ambulantes e uma predominância de “130 escolas rurais” em Mato Grosso, afirma Annibal Toledo (1930), porém sem condições de funcionamento.

Nesse contexto, a Tabela 1 indica, com base em pesquisa censitária realizada pelo IBGE, como estava a oferta de ensino primário em Mato Grosso, entre 1932 e 1933. Conforme os dados quantitativos, todas as escolas primárias do estado de Mato Grosso, em 1932, somavam um total de apenas 238 instituições, entre públicas e particulares, com um total de matrícula de 16.407 alunos (Instituto Brasileiro de geografia e estatística, 1937). No ano de 1933, o número de escolas aumentou para 302, com matrícula de 20.436 no ensino primário e, em 1934, o número de estabelecimentos chegou a 323 escolas primárias, totalizando 22.017 matrículas. Desse modo, pode-se concluir que, do ano 1932 para 1933, as escolas cresceram 21,94% e os alunos 19,71%; logo, de 1933 a 1934 foi menor a porcentagem, com registro de 6,5% para a criação de escolas e 7,18% de matrículas.

Tabela 1 - Estabelecimentos de Ensino Primário - 1932 a 1934

		EDUCAÇÃO								
		ESTABELECIMENTOS QUE MINISTRARAM ENSINO PRIMÁRIO								
UNIDADES FEDERADAS	Anos	PÚBLICOS			Total	PARTICULARES				Total geral
		Federais	Estaduais	Muni- cipais		Dos quais Subvencionados				
						De ensino gratuito	Pela União	Pelo Estado	Pelos Municípios	
Mato Grosso	1932	—	177	8	53	2	3	2	17	238
	1933	—	203	30	69	5	—	3	24	302
	1934	—	204	31	88	—	—	2	14	323

Fonte: IBGE (1937).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, o ensino municipal era quase inexistente em 1932, havendo um aumento no número de escolas no ano seguinte. Desse modo, ficou evidenciado que o estado era o órgão responsável por fornecer o maior número de ensino primário em Mato Grosso no período do referido recenseamento, isso porque o índice de oferta de escolas estaduais era muito maior em relação às municipais e particulares.

Embora existissem várias escolas instaladas na área urbana dos municípios de Mato Grosso, o número de matrículas existentes em estabelecimentos escolares espalhados na zona rural no estado ainda era grande. De acordo com os dados do IBGE, no ano de 1932, registrou-se um total de 16.791 matrículas em todo o estado, das quais 2.971 ocorreram em escolas rurais totalizando 17,69% do total nesse período. Em 1933, o estado atingiu o número de 20.888 matrículas, e desse total registrou-se 5.429 alunos matriculados na zona rural, alcançando 25,99%. No ano de 1934, o número de matrículas geral aumentou novamente para 22.647, e o número de matrículas em escolas rurais também registrou alta para 6.313, com um aumento relativo de 27,87% (IBGE, 1937).

Quanto ao número de profissionais, no ano 1933, segundo os dados do Censo apresentados pelo IBGE (1937), o estado de Mato Grosso totalizava 622 professores trabalhando no ensino primário no estado, dos quais 420 estavam atuando na zona urbana, 35 nos distritos e 167 na zona rural.

Apesar desse número de professores ser relativamente pequeno diante do tamanho do estado e da oferta do ensino primário, em 1937, Araújo (1997) expõe que o interventor Júlio Strubing Müller¹⁶ decretou o fechamento de duas Escolas Normais – a de Cuiabá e a de Campo Grande –, além de incorporar a Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano, extinguindo, assim, os Cursos Normais, para

criar escolas profissionais e cursos como o de Guarda-livros. Desse modo, os candidatos que desejassem dedicar-se à profissão de professor primário, de acordo com Araújo (1997), deveriam matricular-se no Curso de Especialização para professores, com a duração de um ano.

Nesse sentido, Lourenço Filho (1942, p. 9), na introdução do boletim nº 22 sobre Organização do ensino primário e normal no estado de Mato Grosso, explica como ficou a formação de professores:

[...] Mato Grosso reformou, em fins de 1937, o sistema de preparação do professorado, que passou a ser feito, depois do curso secundário, em um ano de estudos especializados, em organização anexa ao Liceu Cuiabano. Desde 1939, a mesma reforma se fez na Escola Normal de Campo Grande. Mas para que outras zonas do estado possam ser atendidas, haverá necessidade de cursos normais de cunho mais simples, e nos quais se orientem evidentemente os futuros mestres para a ação social que lhes compete.

Quanto aos motivos que levaram ao fechamento dessas Escolas Normais, Araújo (1997) esclarece que um deles seria de caráter político, pois a região sul do estado sempre foi contrária ao governo de Getúlio Vargas, com ocorrências claras de oposição, como quando a região sul lutou ao lado de São Paulo e proclamou – por meio dos líderes Vespasiano Martins e General Bertoldo Klinger – sua separação da região norte do estado. A autora aponta, ainda, outros motivos mencionados por moradores antigos de Campo Grande, os quais alegavam que o fechamento das escolas se dera em função da falta de professores “habilitados” e “competentes” para trabalharem no curso. Dessa forma, acredita-se que, dos fatores que levaram ao fechamento dessas escolas, a questão política foi a mais determinante nesse processo, pois a falta de professores habilitados poderia ter sido

¹⁶ Júlio Strubing Müller foi governador do estado de Mato Grosso de 4 de outubro a 24 de novembro de 1937 e, após

essa data, torna-se interventor federal, até 8 de novembro de 1945 (SILVA, 1993).

resolvida com decisões de ordem política.

Após o fechamento dessas escolas, Carvalho (2014, p. 69) aponta que o estado de Mato Grosso “[...] permaneceu sem escolas normais por um período de sete anos, quando promulga-se a Lei nº 834, de janeiro de 1947, que restabeleceu o ensino normal em todo o estado”.

No que se refere à instrução pública em Mato Grosso, na década 1940, em relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas, o interventor do estado, Júlio Strubing Müller, mostrava-se entusiasmado e demonstrava preocupação com os professores, visto que afirmava vir substituindo os professores leigos por normalistas e esse objetivo ia sendo conseguido, “[...] exceção feita de algumas escolas rurais, cujo afastamento dos centros de população, torna difícil o seu preenchimento por normalistas, o que, não obstante, se fará pouco a pouco, aproveitando-se, para tanto, cada oportunidade que se oferecer” (MATO GROSSO, 1940, p. 19).

Em crença depositada na educação enquanto processo de modernização e progresso, em 1940, o estado de Mato Grosso tinha uma área de 1.477.041 km², contando com apenas 403 escolas primárias, o que representa uma escola para cada 3.665 km² (IBGE, 1941). Desse modo, nota-se que a quantidade de escolas era insuficiente para atender uma extensão geográfica tão grande, tendo em vista sua população total de 427.629 habitantes, com 29.054 de matrículas.

Não bastava apenas o governo expandir escolas em todo o estado, mas carecia também oferecer um ensino eficiente nessas escolas, a propósito, era necessário investir na formação de professores, visto que em 1941, no estado, havia apenas duas escolas normais para habilitar

profissionais para educação primária. Os dados do Censo apresentados pelo IBGE (1941) mostram que, nesse período, 755 professores estavam em exercício da profissão docente em Mato Grosso.

No ano de 1950, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, o Governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo¹⁷, reafirmava que “Governar é abrir estradas”, uma vez que também, em sua concepção, a instrução primária é considerada um elemento decisivo para o progresso do estado, além de comparar como “[...] termômetro pelo qual se mede o grau de civilização de um povo [...]” (MATO GROSSO, 1950, p. 42). Na verdade, o Governador vinha reafirmar o que vinha sendo observado por todos os outros administradores antecessores do seu governo no estado.

Conforme os dados apresentados na mensagem do Governador Fernando Corrêa da Costa¹⁸, a população mato-grossense, em 1952, totalizava 528.451 habitantes, disseminados pelos seus 1.262.572¹⁹ km², e, dessa população, se encontravam apenas 182.060 espalhadas nas cidades e vilas e 346.391 na zona rural, o que corresponde a um total de 65,54% de pessoas no campo. Portanto, o estado de Mato Grosso, em plena década de 1950, tinha mais de 60% de sua população concentrada na zona rural, visto que, nesse mesmo período, todos os estabelecimentos escolares no estado somavam um total de 716 escolas distribuídas entre cidades, distritos e fazendas para atender 38.299 alunos na idade escolar. Cabe ressaltar que a grande extensão territorial do estado foi mais um dos problemas enfrentados pelos governadores para oferecer o ensino primário a todas as crianças na idade escolar.

¹⁷ Arnaldo Estevão de Figueiredo foi agrônomo e político mato-grossense, tendo ocupado os cargos de prefeito entre 1924 e 1926 de Campo Grande e de governador do Mato Grosso entre 1947 e 1950 (SILVA, 1993).

¹⁸ Fernando Corrêa da Costa iniciou o seu primeiro governo em 31 de janeiro de 1931 até 31 de janeiro de 1956, logo, retorna ao governo em 31 de janeiro de

1961 permanecendo até 31 de janeiro de 1966. (SILVA, 1993).

¹⁹ Com a divisão regional de 1945, o estado de Mato Grosso perdeu o território Guaporé para a região noroeste e o de Ponta Porã para a região sul. O território de Guaporé é hoje o estado de Rondônia. (FRANSCICO, 2017).

Todavia, o cenário educacional de Mato Grosso, em 1960, não mudou muito comparado à década 1950, visto que, no período de dez anos, o estado ainda tinha uma oferta elevada de escolarização na zona rural. Conforme os dados apresentados pelo IBGE, em 1960, no estado de Mato Grosso, havia um total de 1.557 (IBGE, 1962) escolas distribuídas em: 321 na área urbana, 127 nos distritos e 1.109 na área rural, e a população era de 121.916 na área urbana e 206.694 na rural.

Ainda na década 1960, Mato Grosso registrou um total de 101.036 matrículas em todo o estado, disseminadas da seguinte forma: 58.810 no ensino urbano, 8.131 no ensino distrital e 34.095 ensino rural. Como se pode verificar, embora fosse maior o número de estabelecimentos e habitantes da área rural, as matrículas efetivadas na área urbana superavam as realizadas na área rural.

Outro fator de destaque na década de 1960 é a formação dos professores normalistas no estado. Como indicam os dados do IBGE (1962), dos 3.339 docentes que atuavam em Mato Grosso, 719 eram normalistas e 2.620 não normalistas, uma vez que 3.211 estavam com regência de classe e apenas 128 eram auxiliares. Desse modo, por meio da análise desses dados é possível constatar que o estado, embora tivesse formado muitos professores, ainda o

número de não normalistas em exercício era maior do que os que possuíam formação.

De acordo com Murtinho (2009), a década de 1970, no estado de Mato Grosso, foi marcada como processo de “modernização do campo”, o estado estimulou a colonização particular. Murtinho (2009) expõe que essa política de ocupação territorial possibilitou a transferência em massa de significativos contingentes de agricultores de outras regiões do país, especialmente do Sul e Centro-Sul, que adquiriram seus lotes nas colonizadoras, após se desfazerem de suas terras de trabalho em seus estados de origem.

Embora o estado estivesse passando por um momento de mudança da população do campo para a cidade, ainda no ano de 1970, conforme os dados analisados no Censo Demográfico da população recenseada em Mato Grosso pelo IBGE, 239.524 (37,10%) habitantes residiam na área urbana e 373.363 (62,90%) na zona rural. Esse cenário se modificou a partir da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, quando após a divisão do estado, passou a ser chamada de Mato Grosso a região norte e Mato Grosso do Sul a região sul do estado.

Portanto, no início da década de 1970, como expressa a Tabela 2, a maior oferta do ensino primário ainda prevalecia na zona rural.

Tabela 2 - Oferta do Ensino Primário (1970-1972)

ANOS	UNIDADES ESCOLARES						
	Total	Segundo a dependência administrativa				Segundo a localização	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Zonas urbana e suburbana	Zona rural
1970	2361	10	919	1269	163	508	1853
1971	2305	8	640	1499	158	520	1785
1972	2835	8	678	1990	159	568	2267

Fonte: IBGE (1973).

Dessa maneira, os dados fornecidos pela Tabela 2 permitem observar que o ensino primário em Mato Grosso, nos anos iniciais de

1970, passou a ter uma oferta maior pelos estabelecimentos de responsabilidade dos municípios²⁰, embora o número de oferta de

²⁰ Até o final de década de 1960 a maior oferta do ensino em Mato Grosso foi do estado. Em 1966, o município tinha um total de oferta de 824 escolas e o estado 3.647;

em 1967 o município 866 e o estado 3.412; e em 1968 o município 1.282 e o estado 4.225 (IBGE, 1960a).

escolas pelo estado fosse um tanto significativo. Portanto, nesse período, observa-se uma atuação maior dos municípios na expansão do ensino primário em Mato Grosso.

Diante dos indícios apresentados, tanto nas mensagens dos governadores do estado de Mato Grosso, quanto nos dados expostos pelo IBGE, como também pelos autores consultados, foi possível acompanhar os passos que o estado de Mato Grosso havia trilhado rumo ao desenvolvimento na tentativa de garantir o projeto de modernização, por meio de investimentos na educação e valorização do ensino.

Discussão dos resultados: os caminhos da formação de normalistas em Mato Grosso

A história da formação de professores em Mato Grosso, conforme ficou evidenciado no tópico anterior, está relacionada com a expansão do ensino primário no estado, além de estar ligada às reformas educacionais e políticas do Brasil, pois tais reformas foram iniciativas para melhor organizar a educação e, assim, alcançar a instrução pública esperada.

Foram elaboradas diversas Leis e Regulamentos para que houvesse mudança no ensino do estado, no entanto, muitas determinações permaneceram apenas no papel. De acordo com Sá (2008), entre os períodos de 1896 e 1910, houve várias interrupções de iniciativas relacionadas ao ensino primário, pois as atenções, naquele momento, estavam direcionadas para as disputas por poder que estavam ocorrendo no estado.

De 1913 até 1921 o setor educacional de Mato Grosso já vinha sofrendo com a falta de profissionais, isso porque o estado, embora tenha também seguido as várias reformas educacionais até esse período, poucos ainda eram os alunos formados pela Escola Normal em Cuiabá, totalizando apenas 85 novos professores primários que se formaram por essa instituição.

Havia muitas expectativas com relação aos resultados da formação de professores na Escola Normal em Mato Grosso, uma vez que, na década de 1920, existia apenas a Escola Normal de Cuiabá no estado, instituição responsável por formar os professores, a fim de que os leigos fossem, aos poucos, substituídos, o que só aconteceria quando as Escolas Normais fossem sendo criadas e preparassem professores suficientes para assumir salas nas escolas de ensino primário espalhadas pelo estado. Entretanto, o total de 85 formandos revela o pouco interesse por esta profissão e, assim, os professores leigos continuavam sendo a maioria.

Em face do baixo número de formandos no estado, parte-se da hipótese de que a falta de interesse em fazer o curso Normal em Mato Grosso estava relacionada com a ausência de concursos até 1921 no estado, pois, conforme análise de documento²¹ localizado no Arquivo Público de Cuiabá, referente ao ano de 1933, o diretor geral da instrução pública de Mato Grosso torna público o concurso aos interessados pelo cargo de professor primário. Entretanto, não se pode afirmar que realmente houve esse concurso, uma vez que não foi localizada nenhuma outra fonte que pudesse comprovar a posse de candidatos que realizaram a prova e que também foram aprovados no concurso. Portanto, diante da impossibilidade de localizar, até o momento, fontes e, sobretudo, trabalhos científicos sobre a temática de concursos em Mato Grosso, permaneceram algumas indagações que podem instigar futuras pesquisas: Quando ocorreu o primeiro concurso no estado? Havia uma diferença salarial entre professores normalistas ou leigos? Quais eram os critérios para a realização do concurso?

À vista do exposto, cabe salientar que, até o início dos anos 1940, Mato Grosso tinha como fontes de renda a produção da borracha, a erva-mate e também o açúcar, no entanto, houve uma queda da produção que acabou por afetar os cofres do estado (SIMÕES, 2014). Em

²¹ Fonte: Jornal Gazeta Oficial do dia 30 de novembro de 1933, folha 10.

consequência dos problemas financeiros do estado, provenientes das fontes produtivas, a educação acabou sofrendo influência, visto que os governos disponibilizavam pouca verba para custear os setores sociais, em especial o ensino público.

Nesse sentido, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião do início da Legislatura de 1950, o Governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo afirma que:

Em 1946, não dispunha o estado de nenhuma escola normal.

No intuito de melhorar as condições do professorado, contribuindo assim para um mais eficiente ensino primário, cuidou o governo de instalação de escolas normais que viessem a preencher as lacunas existentes. (MATO GROSSO, 1950, p. 47).

Desse modo, segundo Cavalcante (2006), no dia 31 de janeiro de 1947, por meio do Decreto-lei n.º 834, foram reativadas as duas escolas normais, a “Pedro Celestino”, na capital e a “Joaquim Murtinho” na cidade de Campo Grande (sul de Mato Grosso). Posteriormente, pela Lei n.º 342, de 12 de dezembro de 1949, também foi criada, no sul do estado, a Escola Normal de Aquidauana.

Ainda no ano de 1949, o Governo autorizou o funcionamento de mais duas Escolas Normais, porém, ambas são particulares: uma em Campo Grande e a outra em Corumbá, pertencentes à congregação Salesiana. (MATO GROSSO, 1950).

Na década de 1950, conforme pode ser observado na mensagem do Governador Fernando Corrêa da Costa²², o estado apresentava dificuldades em relação às condições de ensino. Isso ocorreu em razão de suas grandes dimensões geográficas, além da falta de professores preparados para atuar na educação.

[...] Distribuir escolas numa área imensa, entre população de densidade tão apoucada, é o empreendimento mais penoso que ao Departamento de Educação e Cultura, o órgão responsável por esse importante setor de administração, cumpre realizar. E quando atentamos que à escola cabe a função de instruir e de educar, isto é, preparar na infância homens aptos para a vida, equaciona-se, então, o seu problema culminante que é o do professor a quem cabe a execução dessa magna tarefa. (MATO GROSSO, 1952, p. 26).

Diante do exposto e por meio de uma pesquisa de dados realizada pelo IBGE no ano de 1951, pode-se destacar que, em Mato Grosso, havia somente 1.398 (IBGE, 1953) professores para trabalhar nas 734 unidades escolares distribuídas pelo estado, uma vez que, nesse período, o estado tinha aproximadamente 522.044 habitantes. Logo, apenas 50.284 habitantes estavam matriculados em algumas dessas instituições, porém, do total de matrículas, havia uma aprovação de apenas 22.065 alunos. De acordo com esses dados, pode-se concluir que a porcentagem de alunos matriculados que conseguiam ser aprovados no final do ano era de apenas 43,88%, visto que, do total de habitantes em Mato Grosso nessa época, somente 9,63% estavam na escola. Portanto, o percentual de alunos na escola, em 1951, era muito pequeno, não atingindo o correspondente de 10%.

Essa ineficiência das escolas dava margem a argumentos que eram somados a muitos indícios expostos nas falas dos governadores, uma vez que, ao assumir o governo, cada um apontava fragilidades deixadas na administração passada. Assim, a maioria dos documentos trazia alegações de que o fechamento das escolas ocorria por se entregar o ensino a professores carentes de conhecimentos e despreparados para o exercício de sua profissão: “[...] Caiu por essa

²² Fernando Corrêa da Costa foi médico e político brasileiro, tendo ocupado o cargo de Governador do estado de Mato Grosso por dois mandatos. O primeiro exerceu de 31/01/1951 a 31/01/1956 e o segundo de

31/01/1961 a 15/03/1966. Também foi Senador do estado por dois mandatos. O primeiro exerceu de 15/03/1959 a 30/01/1961 e o segundo 15/03/1967 a 15/03/1975 (SILVA, 1993).

forma o nível do ensino, pela inferioridade resultante do professorado, enquanto, por outro lado, subiram as despesas com a disseminação de escolas em lugares de nula população estudantil” (MATO GROSSO, 1951, p. 27).

Nesse sentido, para os governadores, a falta de formação dos professores foi um dos fatores determinantes para o estado não atingir a instrução pública de qualidade, visto que a criação de escolas em lugares onde não havia demanda pela população também foi decisiva, por esta razão houve muito “abre e fecha” das Escolas Normais em Mato Grosso.

Em 1954, em mensagem dirigida à Assembleia Legislativa, o governador Fernando Corrêa da Costa assinala a situação das Escolas Normais do estado, com ênfase para a falta de professores normalistas, explicando que pretendia mudar essa situação:

Dentre 1.261 professores apenas 300 têm o diploma de normalista.

Para remover essa anomalia estamos estudando a reforma do Regulamento do Ensino Primário no qual deve ser consignada a obrigatoriedade do ingresso na carreira pelas escolas rurais. As escolas urbanas, distribuídas na conformidade da categoria das suas cidades, vilas e povoações, atingirão os professores somente por promoção. Ao normalista deve ser atribuído um vencimento mais compatível com a aspereza do cargo e da sua dignidade no meio social de que é um dos seus construtores. (MATO GROSSO, 1954, p. 39).

Diante do exposto, pode-se observar que as condições de funcionamento das Escolas Normais ainda eram precárias, na década de 1950, em Mato Grosso, pois, embora os governadores tenham realizado várias reformas no ensino, até 1958, contavam apenas com 583 professores normalistas, número bastante reduzido se comparado ao total de 2.341 não-normalistas (IBGE, 1960b). Desse modo, ainda era alto o índice de professores sem formação no

estado.

Na década de 1960, essa realidade pouco mudou. Conforme documentos²³ analisados, verificou-se que dos 64 municípios existentes em Mato Grosso, antes da divisão do estado, apenas 18 tiveram em funcionamento o Curso Normal. Entre os municípios estão: Alto Araguaia, 1963; Aquidauana, 1949; Barra do Garça, 1966; Bela Vista, 1961; Cáceres, 1961; Campo Grande, 1930; Cassilândia, 1970; Corumbá, 1961; Cuiabá, 1911; Dourados, 1958; Guiratinga, 1961; Jardim, 1963; Paranaíba, 1967; Ponta Porã, 1961; Poxoréu, 1961; Rondonópolis, 1960; Santo Antônio de Leverger, 1963 e Três Lagoas em 1952 (MATO GROSSO, 1965).

Dos 18 municípios com Curso Normal implantado em Mato Grosso, dez deles tiveram esses cursos criados na década de 1960, em virtude das condições impostas por um estado que pouco investiu na formação de professores.

Desse modo, a implantação das Escolas Normais no estado de Mato Grosso, conforme apresentado no decorrer deste estudo, esteve ligada ao clima de efervescência política que, de certa forma, acabou condicionando a sua instabilidade institucional, com interrupções sucessivas provocadas pelas dificuldades econômicas e pelas mudanças políticas no estado e no país. Essa situação ficou evidenciada nos vários instrumentos legais que regulamentaram as criações, assim como os funcionamentos, de cada instituição.

Considerações Finais

O presente trabalho evidenciou que, desde o século XIX até o começo do século XX, o contexto histórico do sistema educacional brasileiro apresentou inúmeras tentativas para que pudesse melhorar a formação de professores primários, por meio de criação de Escolas Normais no Brasil. Cabe ressaltar que esse período esteve caracterizado por diversos movimentos de afirmação e de reformulação

²³ Datas localizadas em jornais no Arquivo Público de Cuiabá.

dessas instituições, por estarem em condições inadequadas de funcionamento. Desse modo, este estudo mostra o vazio e a precariedade da educação no estado de Mato Grosso, mesmo sendo pauta do projeto de modernização do estado, conforme observado nas mensagens dos governadores.

Portanto, a intenção, neste estudo, foi verificar como se deu a expansão do ensino primário e a consequente criação das Escolas Normais no estado de Mato Grosso. Foram consideradas as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no Brasil e que refletiram em todos os estados brasileiros, sobretudo em Mato Grosso, evidenciando as características próprias deste estado, como a população massivamente rural e disputas por poder local, assim como a descontinuidade e o escasso investimento na formação de professores. Esses foram elementos que configuraram a criação dos Cursos Normais no estado.

Referências

AMÂNCIO, Lazara Nanci de. *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso 1910-1930*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

ARAÚJO, Carla Busato Zandavali Maluf. *O ensino de didática, na década de trinta, no sul de Mato Grosso: ordem e controle?* 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

BITTAR, Marisa. *Dos campos grandes à capital dos ipês*. Campo Grande: Alvorada, 2004.

CARVALHO, Luciana Belíssimo de. *Implantação e consolidação da escola normal no sul de Mato Grosso: escola normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975)*. 2014. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

CAVALCANTE, Lucélia Gonçalves. História e política: O processo de implantação da Escola Normal em Campo Grande. In: Seminário

Internacional: Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão - Práticas Educativas num Contexto Intercultural, II., 2006, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: UCDB, 2006. (CD-Room).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados (online)*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. Divisão Regional Brasileira. In: *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/brasil/divisao-regional-brasileira.htm>>. Acesso em: 30 de mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil 1937*. Rio de Janeiro: IBGE, 1937. v. 3.

_____. *Anuário estatístico do Brasil 1939/1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1941. v. 5.

_____. *Anuário estatístico do Brasil 1953*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. v. 14.

_____. *Anuário estatístico do Brasil 1960*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960a. v. 21.

_____. *Anuário estatístico do Brasil 1962*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962. v. 23.

_____. *Anuário estatístico do Brasil 1973*. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. v. 34.

_____. Conselho Nacional de Geografia. Conselho Nacional de Estatística e Serviço de Recenseamento. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960b.

JORNAL GAZETA OFFICIAL. Cuiabá, 30 nov. 1933, f. 10.

LEITE, Gervásio. *Um século de Instrução Pública*. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. *Organização do ensino primário e normal*. XVII. Estado de Mato Grosso. Rio de Janeiro: INEP, 1942. (Boletim

n. 22).

MATO GROSSO. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo do Governador do Estado de Matto Grosso Coronel Pedro Celestino Correa da Costa. Cuiabá, 13 de maio 1910. Arquivo Público de Mato Grosso. Livro n. 48, p. 7-9, 1910. (APMT).

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo do Governador do Estado de Matto Grosso D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá. 1918, p. 24.

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Mato Grosso D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá, 1920.

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Matto Grosso D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso. Livro 60 p. 22-30, 1921. (APMT).

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. D. Francisco de Aquino Correa. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso. Livro 62 p. 34-40, 1923. (APMT).

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Presidente do Estado de Matto Grosso D. Mario Corrêa. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 13 de maio de 1930. (APMT).

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. Cuiabá: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo. Reg. n. 134, 1950.

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Matto Grosso. Cuiabá: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1951.

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Matto Grosso Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo,

1952. APMT Livro n. 79, p. 25-33 e 57-60.

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Matto Grosso Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1954. APMT Livro n. 79, p. 13-52.

_____. *Mensagem dirigida à Assembleia Legislativa*, pelo Governador do Estado de Matto Grosso, Fernando Corrêa da Costa. Cuiabá: Secretaria de Administração Departamento de Documentação e Arquivo, 1961. p. 157.

_____. *Relatório* apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Júlio Strubing Müller Interventor Federal do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 1940.

_____. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde – Plamat. *Diretrizes para a Educação em Mato Grosso*. Cuiabá, 1965.

MELLO, Leowigildo Martins. *Relatório das Escolas Normal e Modelo Anexa*, apresentado ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Fazenda. Cuiabá, 1911.

MURTINHO, Max Nunes. *Análise econômica da divisão de Mato Grosso (1970-2000)*. 2009. 100 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

OLIVEIRA, Gilberto Abreu de. *A trajetória da normalista Maria Constança Barros Machado no sul de Mato Grosso (1913-1966)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2014.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; RODRIGUES, Margarita Victoria. *Escola Normal no Sul do Estado de Mato Grosso (1930-1950)*. In: FERRO, Olga Maria dos Reis (Org.). *Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1796-2006)*: . Campo Grande: Ed. UFMS, 2009. p. 1-19.

PILETTI, Nelson. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção

Educação).

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A formação de professores em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V., 2008, Aracaju. *Anais...* Aracaju: UFS/UNIT, 2008. p. 1-13.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1993, 68 p. (Nota: Impressão CCS – POLICROMOS).

SIMÕES, Caroline Hardoim. *A formação de professores na escola normal Joaquim Murtinho no Sul e Mato Grosso no período de 1930 a 1973*. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da pátria: História da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

_____. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: EdUNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 14, p. 61-88, 2000.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008. p. 29-46.